

# Fazendários em pauta



Informativo do Sindicato  
dos Fazendários do  
Município do Recife  
nº 06 - julho/2025



## Pesquisa indica que Secretaria de Finanças do Recife é bem avaliada por empresários

A Lide Pernambuco, uma “think tank” formada por empresários no estado, realizou uma pesquisa sobre competitividade e constatou que a Secretaria de Finanças do Recife é uma das instituições mais bem avaliadas. A Junta Comercial, a Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado (Adepe) e a Secretaria da Fazenda do Estado também estão em destaque no ranking. O levantamento foi realizado de 30/3 a 28/4.

A proposta da pesquisa quis saber a opinião do empresariado pernambucano sobre o nível de burocracia dos serviços oferecidos pelo poder público ou seus representantes, buscando identificar formas de aprimoramento.

Conduzido pelo Instituto Conectar, o levantamento teve a participação de 308 líderes empresariais pernambucanos, representando empresas de diversos portes e segmentos.

A pesquisa solicitou aos respondentes sugestões de medidas a serem tomadas pelo poder público para melhorar a

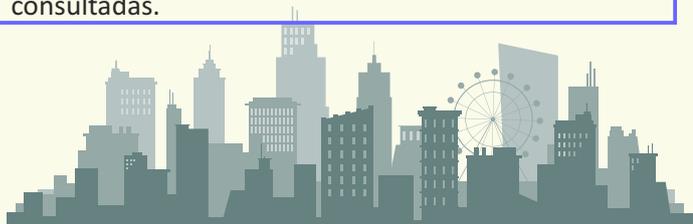


competitividade em Pernambuco. Apresentadas numa nuvem de palavras, infraestrutura foi a mais citada como uma demanda urgente no estado.

**1 Instituições negativas** - Eles consideraram como negativos os serviços oferecidos pela Adagro, CPRH, Poder Judiciário (especificamente sobre os prazos) e Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Por outro lado, os empresários avaliaram que essas instituições estão melhorando o atendimento.

**2 Melhores indicadores** - Para os respondentes, há seis áreas com melhores indicadores de competitividade dos negócios: abertura e encerramento de empresas (maior avaliação positiva), infraestrutura logística portuária, regulação para comércio exterior, serviços cartoriais, telecomunicações e infraestrutura logística aérea.

**3 Piores indicadores** - Em baixa na pesquisa de competitividade foram listadas as áreas de transporte público (item com maior avaliação negativa), infraestrutura logística ferroviária, saneamento (água e esgoto). Infraestrutura logística rodoviária, insegurança jurídica para atividades econômicas e a falta de mão-de-obra qualificada foram citados por 99% das empresas consultadas.



# Fórum de Administração Tributária de Pernambuco vai orientar prefeituras



A Secretaria de Finanças do Recife está participando ativamente da criação do Fórum Permanente de Administração Tributária de Pernambuco (FPAT-PE). A iniciativa pretende orientar os 184 municípios do estado para os novos desafios que virão com a implantação da Reforma Tributária. Em fase de articulação técnica e jurídica, a entidade iniciou encontros periódicos entre os entes participantes.

No dia 4/7, o FPAT-PE reuniu representantes do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-PE), da Receita Federal do Brasil e diversas administrações tributárias municipais. Os gestores estão realizando reuniões preparatórias desde o final de 2024 e desta vez solicitaram ao Tribunal de Contas (TCE-PE) os relatórios e os resultados de auditoria da gestão fiscal de impostos arrecadados pelos municípios.

O objetivo do FPAT-PE é constituir um espaço permanente de diálogo e cooperação interinstitucional, voltado à modernização, integração e qualificação das administrações tributárias municipais. A iniciativa busca enfrentar desafios estruturais que ainda marcam a arrecadação própria em muitos municípios pernambucanos, promovendo a troca de experiências, o compartilhamento de dados e o fortalecimento técnico dos fiscos locais.

De acordo com João Marcelo Araújo, auditor do Tesouro Municipal e secretário Executivo de Tributação do Recife, a Secretaria de Finanças do Recife reconhece a importância estratégica do FPAT-PE como instrumento de articulação entre os entes federativos e reafirma seu compromisso com a melhoria da justiça fiscal, o combate à sonegação e a ampliação da capacidade de financiamento das políticas públicas locais.

“A fase de transição para Reforma Tributária, promulgada em dezembro de 2023 pela Emenda Constitucional nº 132/2023, inicia-se em janeiro de 2026 e exige que as prefeituras qualifiquem suas estruturas para melhorar a arrecadação de impostos como o IPTU e o ISS, intensificando a fiscalização, atualizando cadastros e fazendo a efetiva cobrança de débitos”, explica Hodir Flávio de Melo, promotor de Justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e do terceiro Setor do MPPE (CAO Patrimônio Público).



O FPAT-PE reuniu entidades do estado e representantes de municípios.

“A arrecadação eficiente e justa é um pilar da gestão pública. O Recife está empenhado em contribuir ativamente para a construção de soluções conjuntas, em cooperação com instituições de grande relevância como o MPPE, TCE, SEFAZ-PE, Receita Federal e os demais municípios pernambucanos”  
**João Marcelo Araújo** -  
secretário Executivo de Tributação do Recife

## Confira os temas prioritários do Fórum Permanente de Administração Tributária de PE

- 1 A qualificação técnica dos servidores;
- 2 O compartilhamento de dados e boas práticas;
- 3 A uniformização da interpretação tributária;
- 4 O apoio à institucionalização dos fiscos municipais;
- 5 A preparação dos municípios brasileiros para os impactos da Reforma Tributária, especialmente no que diz respeito à transição de competências, novos modelos de arrecadação e governança federativa.

# Entidades nacionais do fisco apoiam emenda do senador Izalci ao projeto do comitê gestor do IBS



As entidades nacionais do fisco estão lutando pela emenda nº 195 ao Projeto de Lei Complementar (PLP 108/2024), que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS). Apresentada pelo senador Izalci Lucas (PL/DF), a emenda tem por objetivo o fortalecimento das administrações tributárias diante da nova sistemática que o IBS apresentará futuramente. A Fenafim, a Anafisco, a Fenafisco e a Febrafite apoiam a proposta.

A emenda estabelece que ocorra, a partir de 2033, a retenção de um percentual da arrecadação do IBS com o objetivo de assegurar o financiamento mínimo das administrações tributárias dos estados e municípios e do Distrito Federal (DF). Tais recursos serão de uso exclusivo para a integração e manutenção das atividades de arrecadação e fiscalização, além de promover a melhoria da estrutura dos fiscos locais. Com isso, haverá maior eficiência e cooperação entre os entes federativos.

A proposta reconhece que a transição para o IBS, conforme previsto na Emenda Constitucional nº 132/2023, demandará um sistema de gestão tributária integrado e cooperativo de gestão tributária. "A implementação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), conforme previsto na Emenda Constitucional nº 132/2023, exige uma atuação integrada e eficiente dos estados, Distrito Federal e municípios, coordenada exclusivamente pelo Comitê Gestor do IBS. Este terá a missão crucial de gerenciar a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os entes federados, especialmente durante o período de transição de 50 anos, garantindo equidade e sustentabilidade financeira".

A emenda pretende consolidar o federalismo cooperativo. Ela garante que todos os entes federativos tenham condições efetivas de participar da arrecadação do novo imposto, resultando em mais eficiência, menos sobrecarga aos contribuintes e maior segurança jurídica.

"Para superar esses desafios, a emenda propõe que o Comitê Gestor do IBS assegure o financiamento mínimo das estruturas administrativas responsáveis pela fiscalização, cobrança e gestão do imposto. Esses recursos provenientes do próprio IBS devem ser alocados com base nos gastos médios atuais dos entes federados na tributação sobre o consumo, garantindo que todos tenham condições de participação no novo sistema tributário", explica a proposta do senador.



“ A arrecadação do IBS exige um sistema robusto que engloba apuração do tributo, emissão de documentos fiscais, guias de pagamento, cobrança e, sobretudo, uma fiscalização ativa e coordenada. Confiar exclusivamente na espontaneidade dos contribuintes resultará em queda de receita, comprometendo os serviços públicos essenciais. Assim, o Comitê Gestor do IBS deve promover a integração das administrações tributárias estaduais, distritais e municipais, incentivando uma fiscalização conjunta que otimize recursos e maximize a eficiência. (...) Propomos que o Comitê Gestor do IBS destine recursos específicos para fortalecer as administrações tributárias municipais, muitas das quais desafios estruturais. Um relatório do TCU aponta que quase metade dos municípios brasileiros depende de, no mínimo, 90% dos repasses federais e estaduais, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a cota-parte do ICMS. Essa dependência cria uma ilusão fiscal, desestimulando o esforço arrecadatório local e gerando o chamado efeito free-rider (caroneiro), que compromete a sustentabilidade do sistema. Essa medida promoverá um federalismo cooperativo”.

Izalci Lucas - senador

Confira o vídeo produzido por João Victor Araújo sobre esse assunto neste link [aqui](#).

# XXXVI Congresso da Fenafim e XIII Senam serão realizados em São Paulo de 12 a 14 de novembro



Os interessados em participar XXXVI Congresso da Fenafim e do XIII Seminário Nacional de Gestão Fiscal Municipal (Senam) já podem reservar as datas de 12 a 14 de novembro. O evento será realizado no Novotel Center Norte, que disponibilizou tarifas promocionais para os participantes do evento.

A organização do evento indica outras opções de hospedagens com condições especiais por meio da Agência Solfesta Turismo.

O Sindicato dos Fazendários do Recife (Afrem Sindical) sorteará 10 inscrições para o Congresso da Fenafim e em breve divulgará o dia.

Hotel do Evento – Novotel Center Norte  
Endereço: Av. Zaki Narchi, 500 – Vila Guilherme,  
São Paulo/SP Confira [aqui](#).



## Agência Parceira – Solfesta Turismo

Opções de hospedagens próximas ao local do evento  
Atendimento personalizado Suporte completo na sua viagem  
Telefone: (11) 3366-0055 WhatsApp: (11) 93066-8077 E-mail:  
willis@solfesta.com.br Agente responsável: Willis

## 4º Seminário de Gestão Pública Fazendária acontece em SP

Ribeirão Preto, município distante 300 km da capital paulista, realiza o 14º Seminário de Gestão Pública Fazendária (SGESP) nos dias 30 e 31 de julho. Promovido pela ASSEFIN-SP, o evento tem o apoio da Universidade Estácio e da Prefeitura Municipal.

A programação terá disponível três auditórios do campus, oferecendo uma programação diversificada, simultânea e gratuita aos municípios associados.

O seminário conta com o patrocínio do Serpro, que realiza a curadoria dos temas de tecnologia e de inovação; além do patrocínio da empresa Nota Control, especializada em inteligência fiscal.

As inscrições podem ser realizadas no link [aqui](#).

**PARTICIPE**  
**14º SGESP**  
SEMINÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA FAZENDÁRIA  
30 E 31 DE JULHO DE 2025  
REALIZADO POR ASSEFIN-SP  
APOIO DA PREFEITURA DE RIBEIRÃO PRETO  
RIBEIRÃO PRETO/SP

### EXPEDIENTE

#### Fazendários em Pauta

Sindicato dos Fazendários do Município do Recife - **Afrem Sindical**  
Edição: **julho/2025**

Rua Professor Andrade Bezerra,  
64, Parnamirim, Recife-PE,  
CEP: 52.060-270

Fones: 3441-6044 / 99756-0826

[www.afremsindical.org.br](http://www.afremsindical.org.br)  
[afremsindical@afremsindical.org.br](mailto:afremsindical@afremsindical.org.br)  
[@afremsindical](https://www.instagram.com/afremsindical)

**Diretoria Executiva Biênio: 2024/2025**

Presidente: **Fábio Macêdo**  
Secretário-geral: **João Vítor**  
Dir. de Assuntos Sindicais: **Manfredo Sarda**  
Dir. Social: **Antônio Gomes**

Diretor de Aposentados: **José Anchieta**  
Dir. Administrativo-Financeiro: **Luiz Ferreira**  
Suplente: **Hélio Max**

Jornalista responsável e edição: **Andréa Pessoa**  
e-mail: [andrea.pessoa14@gmail.com](mailto:andrea.pessoa14@gmail.com)  
Projeto gráfico e diagramação: Alexandre Oliveira  
e-mail: [alexandre@afrem.org.br](mailto:alexandre@afrem.org.br)